

PSICANALISTAS NO DIVÃ: QUEM TEM MEDO DO MARCADOR SOCIAL RACIAL?

PSYCHOANALYSTS ON THE ANALYTIC COUCH: WHO'S
AFRAID OF THE RACIALIZED SOCIAL MARKER?

PSICOANALISTAS EN EL DIVÁN: ¿QUIÉN TIENE MIEDO
DEL MARCADOR SOCIAL RACIAL?

Ísis Gonzalez Fossati¹

Andrea Gabriela Ferrari²

Resumo: Este ensaio se propõe a refletir sobre a posição de neutralidade muitas vezes assumida por alguns psicanalistas diante de marcadores sociais de diferença e assuntos entendidos como “não psicanalíticos”. Considerando o apagamento desses temas em discussões clínicas e no posicionamento de alguns praticantes do ofício psicanalítico, a discussão será amparada em autores(as) como Pedro Ambra, Thamy Ayouch, Thaís Klein, Eduardo Leal Cunha, Mariana Pombo, entre outros, além de Nêgo Bispo, Frantz Fanon e Luiz Rufino, para tensionar o lugar do psicanalista diante dos efeitos que discursos hegemônicos podem causar em analisandos/as/es. Assumindo o caráter de uma psicanálise engajada, passível de se repensar e, portanto, transformadora, o presente ensaio irá propor possibilidades para que a escuta psicanalítica não seja indiferente ao mundo em que vivemos; ao contrário, colocando-se como uma ferramenta emancipatória e revolucionária.

Palavras-chave: Psicanálise. Branquitude. Clínica.

Abstract: This paper aims to reflect on the neutral position often assumed by some psychoanalysts regarding social markers of difference and issues understood as “non-psychoanalytic.” Considering the erasure of these themes in clinical discussions and in the stance of some practitioners of the psychoanalytic craft, the discussion will be supported by authors such as Pedro Ambra, Thamy Ayouch, Thaís Klein, Eduardo Leal Cunha, Mariana Pombo, among others, as well as Nêgo Bispo, Frantz Fanon, and Luiz Rufino, to unsettle the psychoanalyst’s role in the face of the effects that hegemonic discourses may produce on analysands. Assuming the character of an engaged psychoanalysis, capable of rethinking itself and, therefore, transformative, the present paper will propose possibilities for psychoanalytic listening not to be indifferent to the world in which we live, but rather to position itself as an emancipatory and revolutionary tool.

Keywords: Psychoanalysis. Whiteness. Clinical practice.

¹ Psicóloga pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), psicanalista, membro efetivo da Sigmund Freud Associação Psicanalítica, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e integrante do Núcleo de Estudos em Psicanálise e Infâncias (NEPIs). ORCID: 0009-0009-5494-0245. E-mail: isis.fossati@gmail.com

² Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura e do Departamento de Psicanálise e Psicopatologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Psicóloga, psicanalista e doutora em Psicologia do Desenvolvimento, coordenadora do Núcleo de Estudos em Psicanálise e Infâncias (NEPIs), bolsista de produtividade CNPq. ORCID: 0000-0002-4262-3033. E-mail: ferrari.ag@hotmail.com

Resumen: Este ensayo se propone reflexionar sobre la posición de neutralidad que a menudo asumen algunos psicoanalistas frente a los marcadores sociales de la diferencia y a temas entendidos como “no psicoanalíticos”. Considerando el borramiento de estos temas en las discusiones clínicas y en el posicionamiento de algunos practicantes del oficio psicoanalítico, la discusión se apoyará en autores(as) como Pedro Ambra, Thamy Ayouch, Thaís Klein, Eduardo Leal Cunha, Mariana Pombo, entre otros, además de Nêgo Bispo, Frantz Fanon y Luiz Rufino, para tensionar el lugar del psicoanalista ante los efectos que los discursos hegemónicos pueden causar en los/as/es analizantes. Asumiendo el carácter de un psicoanálisis comprometido, capaz de repensarse y, por lo tanto, transformador, el presente ensayo propondrá posibilidades para que la escucha psicoanalítica no sea indiferente al mundo en que vivimos; por el contrario, situándose como una herramienta emancipadora y revolucionaria.

Palabras clave: Psicoanálisis. Blanquitud. Clínica.

INTRODUÇÃO

Por décadas, alguns psicanalistas, ensimesmados, fechados em um circuito narcísico e, praticamente, alheios aos movimentos que ocorrem na cultura e na sociedade, reproduziram frases de impacto como “o inconsciente não tem cor”, e, quando questionados ou provocados, responderam categoricamente: “mas isso não é psicanálise”. Essa assertiva, oriunda de um pensamento mecânico e, acima de tudo, defensivo, encontrou eco entre muitos colegas ao longo dos últimos anos. Pedro Ambra (2023) aponta:

Explícita ou implicitamente enunciada, a ideia de que o “inconsciente não tem cor” pressuporia que não há um correlato verdadeiramente psíquico dos marcadores sociais da diferença. Raça, gênero, classe, entre outros, teriam uma influência apenas na espessura imaginária do Eu, ainda que, paradoxalmente, não se negue que o racismo no Brasil é estrutural. Para muitas/es/os aceita-se haver um conjunto de relações socialmente organizadoras, mas sem impactos fundamentais na estrutura psíquica. Mas seria isso metapsicológicamente possível, eticamente sustentável ou politicamente desejável? (Ambra, 2023, p. 276).

Mas a psicanálise nasce da curiosidade de Freud, de seu desejo em encontrar respostas ou, pelo menos, encaminhamentos para o que, até então, não se buscava questionar e estava instituído. Entendemos que a psicanálise nasce como uma postura revolucionária diante da epistemologia da época; dessa maneira, é, portanto, uma postura eminentemente freudiana questionar e se questionar sobre os paradigmas do mundo em que vivemos. Afinal, é isso o que um pensamento que se proponha científico deve fazer.

Assim, Freud, homem cisgênero, heterossexual, branco, judeu, europeu, médico e com acesso à literatura e à cultura da época, fundou a psicanálise a partir de suas interrogações e inquietações clínicas. A psicanálise nasce da escuta e da observação clínica, oriunda dos limites que os métodos anteriores apresentavam. A importância em registrar os marcadores sociais pertinentes a Freud está em considerarmos que o pai da psicanálise escreveu a partir de uma posição subjetiva e que, portanto, a sua obra carrega ressonâncias de sua experiência.

Portanto, o presente ensaio se propõe a problematizar o apagamento existente acerca de marcadores sociais de diferença e interseccionalidade no campo psicanalítico e, a partir disso, busca-se refletir sobre saídas possíveis para uma escuta não saturada e politicamente engajada.

PSICANÁLISE SIM, MAS PARA QUEM?

A psicanálise, verdadeira herdeira da civilização europeia, nasce em 1900 e, como já dito anteriormente, ampara-se na profunda curiosidade de Freud sobre o mundo e os acontecimentos que observa, mas, acima de tudo, em sua escuta clínica. Afirmar isso é considerar que Freud, um homem de seu tempo, nunca esteve à parte de seu tempo, do mundo em que vivia, muito pelo contrário. No início de suas formulações, ocupado de uma sintomatologia que acometia, predominantemente, mulheres, o pai da psicanálise se ocupou de escutar aquelas que padeciam.

Marcadores sociais de diferença e interseccionalidade são estudados há algum tempo nas mais diversas áreas do conhecimento, sejam elas educação, saúde, história, antropologia, ciências sociais, etc., e, muito recentemente, passaram a ocupar espaço também em discussões relacionadas à psicanálise. De acordo com Gonçalves, Braga Mello e Prado (2025), a partir de um levantamento histórico, tomando como foco os já referidos temas no Brasil, é possível verificar que, pelo menos, três pesquisadoras (a saber: Lélia Gonzalez, Nilma Lino Gomes e Giovana Xavier) ocuparam-se de estudar e produzir a respeito desses temas e da

produção social da feiura/beleza negra, da historicidade do corpo negro, na desmistificação desse mesmo corpo como um sinônimo exemplar de feiura, do desprezo, do desinteresse e da hiperssexualização e no necessário ensino de uma história étnico-racial (Gonçalves et al., 2025, p. 123).

É inegável, no entanto, que nos últimos anos psicanalistas passaram a se ocupar de temas como o racismo e a racialidade, mas, e nos anos anteriores, onde estiveram esses psicanalistas? Vivendo sob a égide de um complexo semelhante ao do avestruz, com suas cabeças enfiadas embaixo da terra?

Dessa forma, no tocante ao tema proposto neste ensaio, Pedro Ambra (2023) questiona:

em que medida seria lícito utilizar tal marcador social? É bem verdade que a psicanálise figura no rol dos saberes que, de alguma maneira, questionam a identidade do sujeito para consigo próprio, pois o inconsciente é uma emergência que fissa o eu. Porém, não se depreende daí que ela seja intrepidamente anti-identitária, subalternizando os traços socialmente constituintes do Eu, como algumas análises conservadoras parecem querer demonstrar (Ambra, 2023, p. 277).

Ao relembrarmos os marcadores sociais de Freud, apontamos para a fundamental diferença que existe na experiência de mundo vivida por um homem cisgênero, heterossexual, branco, judeu, europeu e médico em relação não só às mulheres brancas, mas também aos sujeitos negros, orientais, árabes e indígenas, por exemplo. A respeito das diferenças, aliás, Freud — amparado na antropologia da época — foi categórico sobre a sua visão de mundo:

Há homens vivendo em nossa época que, acreditamos, estão muito próximos do homem primitivo, muito mais do que nós, e a quem, portanto, consideramos como seus herdeiros e representantes diretos. Esse é o nosso ponto de vista a respeito daqueles que descrevemos como selvagens ou semi-selvagens; e sua vida mental deve apresentar um interesse peculiar para nós, se estamos certos quando vemos nela um retrato bem conservado de um primitivo estágio de nosso próprio desenvolvimento (Freud, 1974, p. 20).

E sim, Freud só poderia escrever a partir do que conhecia, observava e estudava, mas como justificar que, passados tantos anos, inúmeros psicanalistas tenham praticado seus ofícios amparados em uma lógica hierárquica de corpos e existências? A realidade é que, imersos em uma lógica colonialista, em que sujeitos brancos e europeus (e/ou descendentes)

ditam uma forma de viver que, por interesses sociais, econômicos e, em última análise, de manutenção do poder, subjuga outras existências, essa lógica vem se perpetuando e sendo autorizada há muito tempo e, naturalmente, a psicanálise não teria como passar impune a isso. No entanto, essa aparente morosidade para entrar em contato com saberes que estão para além do entendido como “psicanalítico” contribuiu e ainda contribui para que inúmeros sujeitos sofram com escutas ortopédicas e, dentro do *setting* analítico, tenham as suas experiências desmentidas e, inclusive, revividas. Thamy Ayouch (2025) endossa essa perspectiva:

Será que a psicanálise deve se petrificar e rejeitar qualquer perspectiva que não caiba no seu discurso majoritário, sob pretexto de que “não é psicanálise”? As relações sociais de poder determinariam apenas a realidade exterior, excluída do consultório do/a analista por uma prática disciplinada, um esnobismo que opõe o glamour do inconsciente à vulgaridade social, e uma ingenuidade aterradora, ao não ser um desinteresse conveniente. Da mesma forma, as discursividades que examinam essas relações de poder — sociologia, filosofia, ciência política, estudos de gênero, estudos pós e decoloniais ou estudos críticos da raça e da branquitude — ameaçariam corromper o discurso analítico, engessado numa identificação paranoica consigo mesmo (Ayouch, 2025, p. 23).

Tomando o termo “sociogenia”, utilizado por Fanon (2020), consideramos que a subjetividade está atrelada aos processos sociais, políticos e históricos que ocorrem em sua constituição, nada muito distante daquilo proposto por Freud (1969), quando afirmou que: “toda psicologia individual é, ao mesmo tempo, também psicologia social” (p. 81). Assim, compreendemos que em nossa sociedade os lugares são dados a priori, sendo análoga a situação de entrar em um jogo com cartas marcadas, onde, nesse caso, aqueles que nos precedem nos banham com discursos hegemônicos e condizentes com a cultura.

Rufino (2021) aponta que uma das maneiras mais eficientes de se perpetuar a colonização de corpos é “pela produção do esquecimento” (p. 21). Essa produção do esquecimento pode se dar, inclusive, pelo não-ser, conforme afirma Fanon (2020), em que muitos sujeitos, relegados a uma condição de impossibilidade de historicização, precisam sobreviver sob a ótica de serem minorias (o que estatisticamente não se sustenta), animalizados ou primitivos.

Assim, será que alguns psicanalistas, antes tão ocupados de desvelar o inconsciente, rememorar o esquecido, o recalcado, ao reproduzirem discursos dominantes e difundidos amplamente, como “somos todos iguais”³, não acabaram contribuindo para que sujeitos não brancos acabassem esquecidos e, psiquicamente, agredidos e desamparados?

EMANCIPAR INCONSCIENTES, ESCUTAS E EXISTÊNCIAS

A psicanálise, como já apontado anteriormente, não está à parte do mundo; os psicanalistas tampouco. Poder fazer o exercício (analítico!) de retirar-se do centro do mundo é fundamental para que se produzam ressonâncias que ecoem na sociedade em que vivemos. Para Thaís Klein (2024), ao considerarmos que a psicanálise segue viva, devemos ter em conta, também, que o discurso hegemônico atravessou e atravessa o fazer psicanalítico,

³ Campanha publicitária ocorrida no ano de 2014, quando o então jogador de futebol Daniel Alves comeu uma banana jogada em sua direção pela torcida de um time adversário. Pessoas com relevância e impacto na cultura, como, por exemplo, Neymar Jr. (<https://www.instagram.com/reel/nT1mL6xtty/>), compartilharam posts e *hashtags* em aderência ao slogan. No entanto, na época, o próprio movimento negro reconheceu que, em um país marcado por desigualdades sociais, econômicas e de alarmantes dados que apontam para o racismo e a violência sofrida por pessoas negras, homogeneizar e negar as diferenças vividas entre brancos e negros, ao afirmar que todos seriam iguais, seria um desserviço.

tornando, muitas vezes, a sua prática excludente e, a partir disso, a autora refere que a busca incessante pela fantasia daquilo que seria uma “verdadeira” psicanálise, em alguns casos aséptica, fortaleceria

a sua centralização, uma vez que excluem da história personagens, experiências clínicas, teorias e inclusive algumas marcas do território. Com a psicanálise em torno de si mesma e isolada de interlocutores, tanto internos quanto externos ao seu campo, o centramento exige o descentramento, retornando, por fim, a um novo centro. A possibilidade de considerar a psicanálise em sua multiplicidade se torna uma aliada no deslocamento de uma lógica que tem um centro como referência (Klein, 2024, p. 42).

Ou seja, como dizem Parker e Pavón-Cuellar (2022), “a perspectiva psicanalítica não deveria fechar o nosso horizonte. É uma oportunidade, não uma armadilha” (p. 62).

É fundamental que a psicanálise e seus praticantes possam se deixar tocar por outros saberes que contribuam e possam pluralizar a escuta, de quaisquer que sejam suas áreas, mais ou menos elitizados. O conhecimento a que temos acesso é resultado de anos de colonização e apagamento de outros saberes; reconhecer isso é assumir que não existe um único saber, mas, sim, um saber que é legitimado e perpetuado. A colonização é, antes de tudo, uma configuração de

relação de poder que se cristaliza como dominação e que, impondo uma inteligibilidade particular do mundo e de nós mesmos, limita as nossas possibilidades de existência, circunscrevendo nosso pensamento a um regime de verdade no qual seremos sempre, para dizer o mínimo, estrangeiros, para não dizer subalternos. Portanto, falar em colonialidade implica certamente falar em um longo e radical processo de hierarquização, de verticalização. Inversamente, falar em decolonialidade ou em descolonização significa imaginar estratégias de resistência à dominação e de subversão das hierarquias, tanto econômicas quanto culturais (Cunha; Pombo, 2024, p. 113).

Thamy Ayouch (2025) endossa e, de forma bastante didática, defende que esse exercício, particularmente importante, de “imaginar estratégias de resistência” seja feito entre psicanalistas. Diz ele: “resistir não é apenas negar, mas também criar, transformar e participar ativamente do processo de poder [...] resistir também significa pensar uma configuração diferente do saber-poder, que propõe uma leitura do mundo e de si” (Ayouch, 2025, p. 195). Ou seja, talvez, capturados pela saturação da palavra “resistência”, em um sentido freudiano, em associação ao que remete ao processo psicanalítico e direcionado, especificamente, ao analisando/a/e, muitos estejam ignorando a acepção revolucionária do que significa resistir. E, em tempos de recrudescimento de políticas contrárias aos direitos de imigrantes, pessoas LGBTQIAPN+, mulheres, negros e indígenas, para citar alguns exemplos, é fundamental que se possa praticar uma psicanálise que resista de forma criativa e transformadora.

É necessário, àqueles que se proponham a resistir, que se pratique uma desidealização e desidentificação com valores patriarcais, heteronormativos, burgueses, europeus e, sobretudo, da branquitude. Preciado (2018) afirma que esse processo de desidentificação é “uma condição de emergência do político como possibilidade de transformação da realidade” (p. 414). No entanto, precisamos ser realistas e saber que nem todos se interessam por essa transformação, afinal, o estado das coisas privilegia a alguns que, muitas vezes, não estão dispostos a repensar os privilégios de que gozam.

O grande Mestre Nêgo Bispo contribui, e muito, aos psicanalistas, quando afirma: “Quando a gente confluencia, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente — a gente rende. A confluência é uma força que rende, que aumenta, que

amplia” (Santos, 2023, p. 4-5). Então, a confluência, inclusive de saberes, não torna ninguém menos psicanalista; na realidade, provavelmente seja o oposto.

Mas falando em um “psicanalês” mais claro:

a perspectiva interseccional, portanto, permite dar atenção especial à singularidade, cada vez contextualizada, da imbricação das relações sociais de poder, que uma abordagem psicanalítica não pode ignorar. A singularidade só pode emergir de uma concepção complexificada de interseccionalidade (Ayouch, 2025, p. 163).

Por fim, fazemos questão de retomar uma expressão bastante popular entre psicanalistas, em que se diz que o analisando deve se implicar no processo psicanalítico. É bem verdade, mas também o psicanalista deve estar implicado no mundo em que vive. Dos tantos ensinamentos que Freud nos deixou, que a curiosidade e a permeabilidade ao mundo em que se vive sejam algumas das principais; do contrário, o ofício psicanalítico corre o risco de incorrer em uma prática monolítica e narcísica. Afinal, indiferença, negligência ou suposta neutralidade causam efeitos e perpetuam opressões.

REFERÊNCIAS

- AMBRA, P. Diagnósticas sociais da branquitude. *Revista Humanidades e Inovação*, v. 10, n. 4, p. 275-290, 2023. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/8620/4995>.
- AYOUCHE, T. *Raça no divã*. São Paulo: Devires; n-1 edições, 2025.
- CUNHA, E. L.; POMBO, M. Dissidências de gênero e periferias da psicanálise: travessias possíveis. In: CANAVÊZ, F.; BIRMAN, J. (orgs.). *Psicanálise à brasileira*. Salvador: Devires, 2024.
- FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Rio de Janeiro: Ubu, 2020.
- FREUD, S. Psicologia de grupo e análise do ego. In: FREUD, S. *Edição standard brasileiras das obras completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1969. p. 89-179. (Obra original publicada em 1921).
- FREUD, S. Totem e tabu. In: FREUD, S. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1974. p. 11-191. (Obra original publicada em 1913).
- GONÇALVES, A. A. O.; BRAGA MELO, F. V. C.; PRADO, P. B. do. Tempo e os marcadores sociais da diferença: narrar a história sob outras perspectivas. *Outros Tempos: Pesquisa em Foco — História*, v. 22, n. 39, p. 122-134, 2025. DOI: <https://doi.org/10.18817/ot.v22i39.1270>.
- KLEIN, T. Os perigos de uma história centralizada: a multiplicidade e a psicanálise no Brasil. In: LO BIANCO, A. C.; RIVERA, T. (orgs.). *Descentrar a psicanálise, uma vez mais*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2024. p. 41-58.
- PARKER, I.; PAVÓN-CUELLAR, D. *Psicanálise e revolução: psicologia crítica para movimentos de liberação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.
- PRECIADO, P. B. *Testo junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- RUFINO, L. *Vence-demanda: educação e descolonização*. Rio de Janeiro: Mórula, 2021.
- SANTOS, A. B. dos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

Artigo recebido: 19 de janeiro de 2026

Artigo aceito: 9 de fevereiro de 2026